

portefólio

#1

ANUAL / 2005 / 15€

JORGE SAMPAIO
PATRÍCIA REIS
ALFREDO CUNHA
VASCO GRACA MOURA
MARK POWER
CONDE DE MONSARAZ
JOSÉ DURO
ANTÓNIO SARDINHA
MÁRIO BEIRÃO
JOÃO LÚCIO
JOÃO BRIGOLA
VITOR COIAS E SILVA
JOSÉ AGUIAR
CARLOS LIMA
ARTUR GOULART
JOSÉ FILIPE RAMALHO
PEDRO ALMEIDA VIEIRA
AGUSTINA BESSA-LUIS
NUNO JUDICE
INÉS PEDROSA
MARIA DO ROSÁRIO CARNEIRO
ROSALINA COSTA
ANTÓNIO ALÇADA BAPTISTA
JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA
MARIA HELENA COELHO
JOÃO GOVERN
PEDRO BAPTISTA
JOSÉ MATEUS GINO
NICOLAS LEMONNIER
FERNANDO PESSOA



101156

REVISTA DA FUNDAÇÃO EUGÉNIO DE ALMEIDA

O PATRIMÓNIO CULTURAL E O TERRITÓRIO

DO DEBATE DAS IDEIAS À PRÁTICA DAS COISAS

João Carlos Brigola
Professor do Departamento de História
da Universidade de Évora

A Fundação Eugénio de Almeida detém hoje a tutela de parcela qualificada do património cultural e natural da cidade de Évora, resultado histórico de boas práticas de conservação e valorização de bens artísticos, museológicos, documentais, arquitectónicos e paisagísticos, prosseguidas durante gerações no respeito de herança cultural comum. Que se trate de uma instituição privada não é, no contexto nacional, questão menor e constitui até, do ponto de vista do investimento social simbólico, um caso de referência no âmbito das soluções de gestão cultural e patrimonial, habituados que estamos à intervenção sufocante da esfera pública e ao (ainda) modesto contributo mecenático.

Dois características hão-de ser reconhecidas, neste âmbito, à acção da Fundação Eugénio de Almeida ao longo da sua existência: o pioneirismo das suas propostas, bem patente na recuperação de espaços e de funções originais no Convento da Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli, e a vocação para estabelecer parcerias e colaborações institucionais com base em programas de interesse público, como o que decorre actualmente do inventário artístico da arquidiocese de Évora.

A organização de cinco workshops, na área disciplinar das ciências e técnicas do património cultural, em colaboração com a Universidade de Évora e o seu Departamento de História, nasce desta percepção partilhada de responsabilidades, elegendo-se temas de reconhecido interesse científico e convidando-se especialistas para apresentação de comunicações. Foi deste modo possível reconstituir em Évora, entre Fevereiro e Novembro de 2005, o quadro global da problemática, das metodologias, das tendências e das controvérsias conceptuais que envolvem as actuais políticas conservacionistas, em Portugal e no mundo ocidental: *reabilitação e valorização do património; património e turismo cultural; o património e as novas tecnologias da informação; urbanismo; património cultural e reabilitação urbana; ordenamento do território; património cultural e qualidade de vida.*

Dirigidas aos técnicos das autarquias e dos diferentes institutos públicos sediados nesta cidade, bem como aos alunos universitários dos cursos de património cultural, de arquitectura, de planeamento biofísico, de arquitectura paisagista e de turismo, estas sessões têm igualmente atraído cidadãos evorenses empenhados no estudo e divulgação do património local, na boa tradição precursora da mais antiga associação de defesa do património do nosso país, o grupo Pro-Évora fundado em 1919.

Sem se pretender proceder ao balanço das intervenções produzidas, julgamos contudo útil deixar um olhar atento a algumas das ideias mais estimulantes produzidas durante os debates, já que convidam a um enriquecedor entrecruzar de análises. As operações técnicas no património edificado - através da apresentação de estudos de casos - suscitaram uma aturada reflexão sobre as formações académica e científica dos técnicos envolvidos. Não é preciso recuar muito no tempo para se perceber quanto se avançou entre nós quer do ponto de vista teórico quer no das práticas profissionais, em áreas disciplinares associadas à intervenção no Património: arquitectura, engenharia, conservação e restauro, museologia, urbanismo, planeamento biofísico, história, história da arte, arqueologia. Em todas elas se têm registado desenvolvimentos notáveis ao nível da investigação aplicada, da oferta de cursos universitários, e da produção de teses académicas. A sofisticação e a complexidade dos adquiridos teóricos, tanto quanto do aparato tecnológico utilizado, são hoje indiscutíveis e comprovam a afirmação de novos profissionais formados em universidades estrangeiras, mas também em algumas nacionais.

Dado curioso, com evidentes repercussões a prazo, é o da crescente circulação de jovens que, licenciados numa área disciplinar consolidada, escolhem outra área para se especializarem. Ou seja, começa a ser corrente encontrar arquitectos a fazerem mestrados em Museologia, engenheiros a doutorarem-se em História da Arte, historiadores com pré-especialização em Património Cultural a frequentarem mestrados de engenharia e até a abalancharem-se para doutoramentos em Arquitectura. Caso normal é encontrar graduados em conservação e restauro a procurarem formação pós-graduada em Museologia ou História da Arte, bem como químicos a frequentarem cursos pós-graduada em Química Aplicada ao Restauro. E os exemplos de cruzamento de formações e de especializações poderiam repetir-se quase indefinidamente. As universidades não desdenham este mercado potencial e oferecem mestrados ou cursos de especialização com programas de fusão, abertos a licenciados das mais variadas proveniências curriculares. Durante décadas fixadas em imutáveis elencos de áreas científicas de doutoramento, as instituições académicas aceitam orientar teses sobre temas dantes impensáveis, apresentadas por candidatos que não aspiram sequer à carreira universitária.

Ora, este fenómeno parece desenhar um quadro conceptual novo, obrigando a rever categorias disciplinares antiquadas. Desde logo, porque ilustra a sedução que saberes vizinhos exercem entre si, um poder de atracção que está a criar uma coesão transdisciplinar que anos e anos de doutrina epistemológica não tinham conseguido. Contudo, este novo quadro não se encontra isento de tensões, compelindo alguns profissionais formados na *escola das linguagens de Babel* a coexistirem com uma nova geração de técnicos. Geração apetrechada com actualizadas utensilagens conceptuais e, sobretudo, com uma inesgotável capacidade de compreensão das gramáticas discursivas em presença.

Não deve merecer contestação nem surpresa, que as maiores resistências se verifiquem, por razões históricas e de cultura profissional, entre os arquitectos. Ocupando durante anos a fio - sozinhos ou liderando equipas - o vasto território dos saberes *artísticos* e *técnicos* dos patrimónios edificado e urbano, alguns parecem encarar com natural cepticismo a partilha de decisões. Outra questão é a de saber da adequada especialização destes profissionais no âmbito, cada vez mais exigente, das ciências do património. Paolo Marconi, prestigiado professor de Restauro Arquitectónico na Universidade de Roma-Tre e na Escola de Arqueologia de Atenas, admitiu recentemente que o deficiente entendimento do monumento/documento por parte de alguns arquitectos (referindo-se ao caso italiano, mas decerto tomando-o como tendência europeia) se deve a uma formação pouco, ou nada, sensível à *filologia* histórica dos processos construtivos tradicionais - *Os arquitectos não estão preparados para compreenderem os edifícios onde intervêm; Como se pode fazer análise de textos sem se conhecer a língua?*. Convidado do III Congresso Internacional *Restaurar La Memoria* (Valladolid, Novembro 2002), o mestre italiano criticou o descontrolo na formação de novos arquitectos (120 000 só no seu país), a obsessão pela obra nova de que muitos são portadores, e as opções éticas e técnicas de quem assimilou, apressadamente, as recomendações de Cesare Brandi. Recordou a propósito que a doutrina do autor da Carta del Restauro deve ser lida no contexto do combate ao restaurador/falsificador e ao mercado de falsos, pelo que a denúncia do *ilusionismo* não pode ser confundida com o recurso imprudente aos materiais e técnicas contemporâneas com marca diferenciadora. >

Desconte-se o facto de a doutrina filológica de Marconi estar longe de ser consensual entre as diferentes escolas (como ali recordou o ideólogo da Carta de Cracóvia, o flamengo André de Naeyer), mas sublinhe-se, sobretudo, o seu apelo à cumplicidade disciplinar com novas parcerias, e à humildade intelectual do arquitecto na captura do corpo e da alma do edifício. Seja como for, a maior virtualidade deste discurso crítico parece ser a reapreciação do lugar a ocupar pelos saberes de matriz histórica quando se trata de elaborar programas de recuperação patrimonial. Logo, o regresso do pensamento patrimonial a verdades elementares e essenciais, a sujeição do programa de intervenção mais à componente humana das vivências associadas e menos à tecnologia do momento. Ideia que, a nosso ver, legitima a importância da formação de técnicos generalistas, cujo perfil profissional importaria, doravante, debater.

No workshop, dedicado à *Reabilitação e Valorização do Património*, um dos conferencistas projectou a imagem de um graffiti numa parede de um centro histórico com a seguinte frase: *Tourist: go to Disneyworld*, impelindo-nos deste modo à reflexão sobre os efeitos devastadores do turismo consumista dos nossos dias. Fará ainda sentido afirmar que todo o turismo é por natureza cultural, ou serão mais adequadas às preocupações conservacionistas outras designações temáticas, como as de turismo religioso, turismo eno-gastronómico ou até turismo patrimonial?

A *Carta do Turismo Cultural*, patrocinada pelo ICOMOS - texto fundamental aprovado em Bruxelas, em Novembro de 1976, resultado das decisões finais do Seminário Internacional Turismo e Humanismo Contemporâneo - adoptou como posição de princípio considerar que *O turismo é um facto social, humano, económico e cultural irreversível*. Contudo, o mesmo documento não ignora os perigos que esta actividade humana, se desregrada, pode comportar. De facto, os bens culturais materialmente frágeis, são sujeitos a uma incontrolável erosão, fruto da fruição humana massificada. Esta massificação chega mesmo a ser considerada como um dos principais perigos que enfrenta actualmente o património cultural. Nos meios internacionais, têm sido várias as vozes autorizadas que o enunciam, como por exemplo André Desvallées, Conservador geral honorário de França, activo membro dos comités do ICOM (International Council of Museums):

Existe [hoje] um [enorme] perigo. É o da 'mercantilização' do património. (...) Os museus têm feito, desde há um quarto de século, grandes esforços no respeitante à conservação, e particularmente em matéria de conservação preventiva. A questão coloca-se, no entanto, noutra área: no consumo excessivo dos bens de colecção, mas igualmente dos bens patrimoniais que permanecem in situ, pelo facto de se multiplicarem exposições (...) e também pelo desenvolvimento do turismo. Desde os anos oitenta, acompanhando a explosão museal, assistiu-se ao desenvolvimento da 'mercantilização' da cultura. Todo o património se tornou mercadoria e as realizações dos museus deram lugar, simultaneamente, a acontecimentos e a 'produtos' - mesmo quando lhes é acrescentado o qualificativo de 'culturais'. Não é fenómeno novo, tanto que já em 1982 Hugues de Varine escrevia: "O conjunto de bens culturais, sofrendo a influência do mundo que os envolve, passa do domínio cultural ao domínio económico e, por isso, é submetido, doravante, às leis deste último domínio". Esta evolução é economicamente normal "considerando que já existiam, por exemplo no ano de 1992, 482 milhões de turistas no mundo inteiro e que, actualmente, 1500 milhões de indivíduos passeiam cada dia sobre a terra (esta cifra só pode tender a aumentar à medida que mais países atinjam um nível de desenvolvimento suficiente).

Também outro nome respeitado do urbanismo e das ciências do património, Françoise Choay, autora do já clássico *L'Alégorie du Patrimoine*, tem vindo a adoptar posições crescentemente críticas em relação a alguns dos critérios de gestão patrimonial associados à Lista dos bens classificados pela UNESCO. Por outro lado, a dimensão turística do Património significa para alguns colocar nas opções das políticas patrimoniais uma lógica de *consumo* (ou seja virada para o visitante, para o elemento estranho, exterior, para o *cliente*), lógica que contraria (ou pode contrariar) a do seu usufruto primordial pela comunidade envolvente, pelo cidadão, pelo habitante do território que contextualiza os bens culturais dados a conhecer). Esta é uma distinção que vemos ser formulada crescentemente pelos adeptos do chamado *modelo Itália de gestão e valorização do património cultural*. Outros observadores chamam igualmente a atenção para o facto de, entre nós, as opções políticas, técnicas, financeiras e até estéticas,

Na sociedade da informação e do conhecimento, a inventariação não esgota as potencialidades das novas tecnologias ao serviço do património cultural

presentes nas operações de reconversão de edifícios históricos em Pousadas de Portugal - programa que conheceu um impulso decisivo na década de oitenta - ser hoje encarado de uma forma bastante crítica. Algumas destas intervenções mais emblemáticas têm sido até encaradas como estudos de caso pelas piores, mas também pelas melhores razões como a da intervenção modelar do arquitecto Souto Moura, já nos anos noventa, no Mosteiro de Santa Maria de Bouro (Amares, Braga).

Na sociedade da informação e do conhecimento a inventariação

não esgota naturalmente as potencialidades das novas tecnologias ao serviço do património cultural. Contudo, é hoje ponto assente que a construção de sistemas documentais virtuais, bem concebidos e de acesso tendencialmente público, deve constituir uma prioridade para as políticas patrimoniais e museológicas. A actualização dos inventários existentes de acordo com o alargamento polissémico do conceito de património cultural e a emergência de novos programas como os de *museu virtual do território* ou de *carta patrimonial do concelho* colocam desafios aos poderes públicos, mas igualmente às instituições detentoras de patrimónios significativos, como a Igreja Católica. Mas a utilização de tecnologias em universos tradicionalmente afectos aos saberes humanísticos tem criado a necessidade de esclarecimentos sobre os limites (e os riscos) de uma visão demasiado tecnocrática, obrigando à definição de alguns princípios que arriscamos resumir deste modo: a) a distribuição via Internet de informação de natureza patrimonial, museológica ou cultural requer que a força motora seja o conhecimento e não a tecnologia; a tecnologia deve estar ao serviço dos conteúdos; b) *hardware* e *software* mudam a um ritmo crescente, por isso o investimento determinante deve ser no conhecimento e na informação produzida pela investigação e pelas instituições. Só valerá a pena investir em tecnologia se crescer o nível do conhecimento; c) os instrumentos informáticos tornam-se rapidamente obsoletos; por isso deve ser prevista desde o início a transferência eficiente e imediata dos dados para novos sistemas sem perda de informação. É essencial prever a sua fácil e constante acessibilidade aos utentes; d) um factor essencial na selecção e na estruturação da informação é a análise do tipo de utilização e a escolha responsável de estratégias de relacionamento entre investigação especializada e utilização generalizada; e) nenhum produto informático para os bens culturais será eficiente se não for construído mediante uma estreita interacção entre informação (conteúdos) e tecnologia, isto é misturando as competências dos historiadores, historiadores de arte, etc. e informáticos. Quanto maior for a separação entre as duas vertentes, tanto pior será o produto. #